

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ará.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varella

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Mauricio Dinepi

A hora da reciprocidade

Dívida Externa

A decisão dos bancos credores de reduzir em 14,6 bilhões de dólares os estoques da dívida externa mexicana fortalece as expectativas em torno de ampla negociação com os demais devedores latino-americanos dentro da mesma linha de entendimento agora aberta. Por meio de um providencial arranjo contábil, os banqueiros não só abriram mão daquela importânciia, correspondente a trinta por cento do saldo em vermelho contabilizado até 1982, como liberaram empréstimo de 1,8 bilhão de dólares ao México para o resgate de juros vencíveis a curto prazo.

No comportamento atual dos banqueiros não se registra, propriamente, evolução imprevista ou algo fora dos cânones tradicionais. Na verdade, as dez maiores nações industrializadas do mundo, recentemente reunidas em Berna, recomendaram ao FMI e ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento providências urgentes para reduzir os encargos externos das nações endividadas. Uma política com semelhante carga inovadora não poderia operar efeitos caso as instituições bancárias permanecessem invulneráveis ao aconselhamento das sociedades industrializadas, entendida a sua posição de titulares ativos dos débitos pendentes.

Todavia, a pronta reação favorável dos bancos, por meio de proposta satisfatória, como essa submetida ao governo mexica-

no, não pode transitar sem uma nota de enaltecimento. Pela primeira vez, surpreende-se do lado dos credores atitudes de compreensão, quando a regra tradicional era a resistência a mudanças na administração da dívida.

Em relação ao Brasil, é lógico supor que os bancos credores encaminharão proposta semelhante à que foi adotada para servir de base a negociações com o México. Em setembro, vence parcela de juros da ordem de 2,3 bilhões de dólares. Mas o Tesouro Nacional não pode sacar tal importância das reservas cambiais, estimadas em 6 bilhões de dólares, enquanto não receber suprimentos já pactuados com o Fundo Nakasone, empréstimos de longo prazo do Bird e dinheiro novo dos bancos internacionais, recursos pendentes do acerto a ser celebrado com o FMI.

É indispensável, pois, não apenas uma operação capaz de reduzir os estoques da dívida brasileira, mas, principalmente, a liberação de empréstimos para atender aos seus serviços. Em nenhuma circunstância o Brasil poderá comprometer suas reservas com tão severos encargos, sob pena de atirar-se irremediavelmente à hiperinflação. Convém lembrar que nos últimos cinco anos o País pagou a esse título mais de 60 bilhões de dólares. Chegou a hora da reciprocidade.